



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Sítio: www.aguasfrias.sc.gov.br E-mail: prefeitura@aguasfrias.sc.gov.br
Fone (49) 3332-0019

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

ANEXO V

RELATÓRIO DE GESTÃO DO PODER EXECUTIVO DE ÁGUAS FRIAS

(Art. 14, § 1º, da IN TC – 0020/2015 – TCE/SC)

Vista aérea da Sede Município



Exercício/2021



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Sítio: www.aguasfrias.sc.gov.br E-mail: prefeitura@aguasfrias.sc.gov.br
Fone (49) 3332-0019

I) - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

Neste item destaca-se as informações gerais pertinentes ao Município de Águas Frias - SC, com identificação da Unidade Jurisdicionada, endereço, telefone entre outras informações.

a) Informações Gerais da Unidade

No quadro abaixo as principais informações gerais pertinentes a identificação da Unidade jurisdicionada, conforme segue:

Entidade	Município de Águas Frias
CNPJ	95.990.180/0001-02
Endereço	Rua Sete de Setembro, nº 512 – CEP 89843-000
Telefone	(49) - 3332-0019 - 3332-0014 – 3332-0107 – 3332-0033
E-mail	prefeitura@aguasfrias.sc.gov.br
Sítio Eletrônico	www.aguasfrias.sc.gov.br
Horário de expediente	segunda a sexta das 07:30 as 11:30 e 13:00 as 17:00hrs

b) Informações Sócias Econômicas e Gerais do Município

No quadro seguir destaca-se as informações sócias econômicas e gerais do Município de Águas Frias.

DESCRIÇÃO	DADOS
<i>População</i>	<i>2.354 Hab. (IBGE/2020)</i>
<i>Eleitores</i>	<i>2.474 (TER/SC 2020)</i>
<i>IDHM</i>	<i>0.745 (IBGE) 2010</i>
<i>FPM</i>	<i>0,6 (STN/2018)</i>
<i>ICMS</i>	<i>0,104683 (SEF – SC/2018)</i>
<i>PIB</i>	<i>R\$ 93,26 (em milhões) (IBGE/2017)</i>
<i>Número de Eleitores</i>	<i>2.479 (TSE/2019)</i>
<i>Densidade Demográfica</i>	<i>31,84 Hab./km²</i>



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Sítio: www.aguasfrias.sc.gov.br E-mail: prefeitura@aguasfrias.sc.gov.br
Fone (49) 3332-0019

<i>Localização</i>	<i>Microrregião do Oeste de Santa Catarina</i>
<i>Localização Geográfica</i>	<i>26°52'49 S, 52°51'34 W</i>
<i>Altitude</i>	<i>345 metros</i>
<i>Município de origem</i>	<i>Coronel Freitas e União do Oeste</i>
<i>Municípios limítrofes</i>	<i>Coronel Freitas, União do Oeste, Nova Erechim e Pinhalzinho.</i>
<i>Distância da Capital do Estado</i>	<i>600 km</i>
<i>Área</i>	<i>76.63 km² (fonte: IBGE) 2019</i>
<i>Gentílico</i>	<i>Aguasfriense</i>
<i>Lei Estadual de Criação</i>	<i>8.477 12 dezembro de 1991</i>

c) Rol dos Responsáveis do Município de Águas Frias

Os responsáveis pela Unidade, conforme prevê o Art. 12 da Instrução Normativa TC 020/2015.

Os Gestores Municipais, tomaram posse em sessão da Câmara Municipal de Vereadores, realizada no dia primeiro de janeiro de 2021, as 9:00 horas, no salão comunitário da Capela Nossa Senhora da Saúde, para o mandato de 04 (quatro) anos que compreende em primeiro de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, conforme segue:

ROL DE RESPONSÁVEIS	
Nome	Luiz José Daga
CPF	625.899.119-04
Cargo/Função	Prefeito Municipal
Ato de Nomeação	Ata de Posse nº 01/2021 de 01/01/2021
Período/Gestão	2021/2024
Endereço Residencial	Rua Castelo Branco, nº 517, CEP – 89843-000
Fones	(49) 3332-0019 Cel (49) – 98802-8230
e-mail	prefeito@aguasfrias.sc.gov.br

Nome	Danilo Daga
CPF	525.861.039-04
Cargo/Função	Vice-Prefeito
Ato de Nomeação	Ata de Posse nº 01/2021 de 01/01/2021
Período/Gestão	2021/2024
Endereço Residencial	Linha Bela Vista, CEP - 89843-000
Fones	(49) 3332-0019 Cel (49) – 98825-4021
e-mail	dagadanilo@yahoo.com.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Sítio: www.aguasfrias.sc.gov.br E-mail: prefeitura@aguasfrias.sc.gov.br
Fone (49) 3332-0019

Nome	Carlos Alberto Daga
CPF	589.998.099-00
Cargo/Função	Técnico em Controle Interno
Ato de Nomeação	Decreto nº05/2004 de 26/01/2004
Período	2021
Endereço Residencial	Rua Gentil Constâncio Isoton, 410, CEP – 8984300
Fones	(49) 3332-0019 Cel.(49) 98814-2744
e-mail	adm@aguasfrias.sc.gov.br

d) Da Estrutura Organizacional do Município

O Município de Águas Frias tem sua estrutura organizacional elencadas na Lei Complementar nº 46/2016, e suas alterações, de forma a contemplar as atribuições e atividades desenvolvidas.

Quadro das Secretarias Municipais - 2021

Órgãos de Atividades (Secretárias)	Secretário
<i>Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento</i>	<i>Oldair Natal Citadella</i>
<i>Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo</i>	<i>Marcia Dolores Cavassini Palombit</i>
<i>Secretaria Municipal de Saúde</i>	<i>Ladir Zanella Patel</i>
<i>Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente</i>	<i>Lido Isotton</i>
<i>Secretaria Municipal de Infraestrutura</i>	<i>Ibson Cassol</i>
<i>Secretaria Municipal de Assistência Social</i>	<i>Charles Luiz Morateli</i>

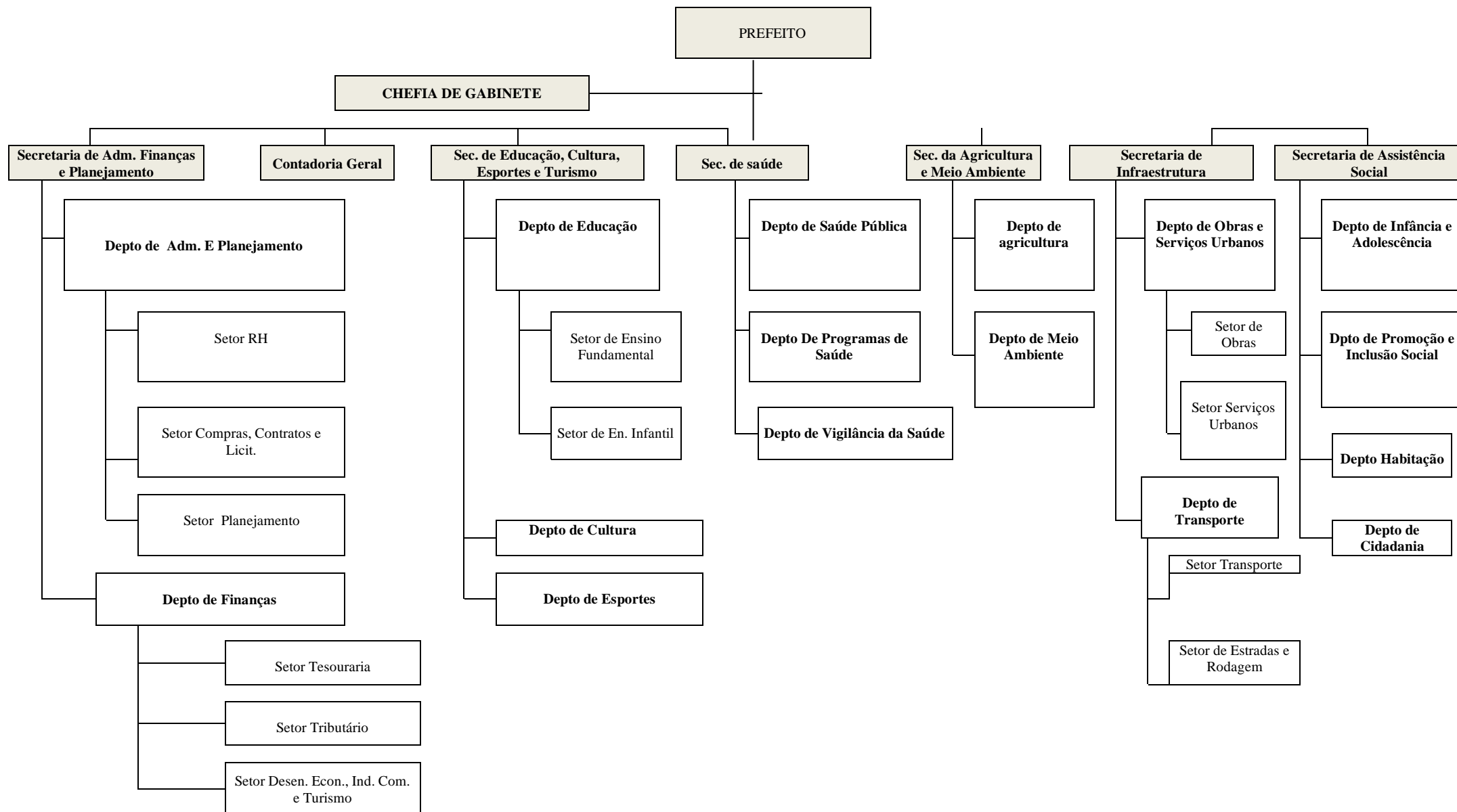
A seguir Estrutura Organizacional (Organograma) do Município.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Sítio: www.aguasfrias.sc.gov.br E-mail: prefeitura@aguasfrias.sc.gov.br

Fone (49) 3332-0019



e) Do Modelo Estrutural em Confiança

O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito do Município, auxiliado pelo Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Diretores e demais cargos em comissão e pelos Servidores do quadro do Município:

I - Órgão de Assessoramento ao Prefeito

- a) Chefia de Gabinete.

II - Órgãos de Atividades Meio:

- a) Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento;
- b) Contadoria Geral;

III - Órgãos de Atividades Finalísticas

- a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- d) Secretaria Municipal de infraestrutura;
- e) Secretaria Municipal de Assistência Social.

f) Do Modelo Estrutural em Provimento Efetivo

Os cargos de provimento efetivo estão elencados na Lei Complementar nº 45/2016, e suas alterações, com a descrição dos cargos, regime de trabalho, carga horaria, condições para ingresso e habilitação profissional, reunidos nos seguintes grupos profissionais:

- I) - Serviços Gerais - SEG
- II) - Serviços Operacionais - SOP
- III) - Serviços Auxiliares - SAU
- IV) - Técnico Profissional - TEP
- V) - Técnico Científico - TEC

g) Dos Conselhos Municipais

Registra-se a seguir os principais Conselhos Municipais legalmente instituídos, no Município de Águas Frias, conforme segue:

CONSELHOS MUNICIPAIS	MEMBROS TITULARES
Conselho Municipal do FUNDEB Lei Municipal nº 1.299/2021 Decreto nº 95/2021 Presidente: Alcione Regina Colla	Dionei da Rosa Gilmar Giacomini Alcione Regina Colla Liane Galão Neila Maria Zucco

	<p>Tatiane Zandonai Ledriana Minusculi Panis Cassol João Victor Kuhn Coelho Ana Luisa Ribeiro de Lima Sarajani Segala Cardozo da Silva Terezinha Zandonai Aliete Antoniak Vilmar Zanella Edivandro de Lima Pinto</p>
<p>Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE Lei Municipal nº 968/2011 Decreto nº 141/2021 Presidente: Cheila Farias</p>	<p>Juliana Cella Marizete Senczkowski Carla Moratelli Solducha Cheila Farias Rafaela Perim Rafaeli Terezinha Ana Mio Mayara Basso Cenci</p>
<p>Conselho Municipal do Idoso Lei Municipal nº 1.122/2014 Decreto nº 60/2021</p>	<p>Karine Sartori Lirdes Galão Ledriana Minusculi Panis Cassol Lourdes Santa Catarina Delmides Salte Panis</p>
<p>Conselho Municipal de Assistência Social Lei Municipal nº 1.038/2012 Decreto nº 103/2021 Presidente: Ilce Pierozan</p>	<p>Sarajani Segala Cardozo da Silva Lirdes Galão Tatiane Zandonai Santina Vicente Barbosa Cizeli Solivo Marilde Cassol Daga Ines Daga Moro Maria Elzi Bitencourt de Souza Vivaldina Salete Rockembach Zimbuzski</p>
<p>Conselho Municipal de Saúde Lei Municipal nº 1.034/2012 e 1.244/2018 Decreto nº 98/2021 Presidente: Sarajani Segala Cardozo da Silva</p>	<p>Liane Galão Tarcila Zuchello Busatto Ines Daga Moro Gabriel Junior Isotton Aliete Antoniak Catiane Basso Claudete Zandonai Rafaela Perim Rafaeli Daiana Galera Ladir Zanella Patel Marcia Dolores Cavassini Palombit Sarajani Segala Cardozo da Silva</p>
<p>Conselho Municipal de Educação Municipal nº 1.097/2014 Decreto nº 81/2021 Presidente: Juciane Caron</p>	<p>Neila Maria Zucco Sidiane Ferro Terribile Ledriana Minusculi Panis Cassol Liane Galão Juciane Caron Sarajani Segala Cardozo da Silva Andreia Toazza Liciane da Silva</p>

h) Destaca-se a seguir os demais Conselhos existentes no Município de Águas Frias.

- a) Conselho Municipal de Agricultura;
- b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- c) Conselho Municipal de Habitação;
- d) Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- e) Conselho Municipal Escolar;
- f) Conselho Municipal Turismo;
- g) Conselho Municipal de Usuários de Serviços Públicos.

1) - DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

Aborda-se neste capítulo as informações pertinentes a gestão orçamentária e financeira da unidade, com a identificação da Legislação Orçamentária, e os programas de Governo:

Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual do Município para os exercícios financeiros de 2018 a 2021, foi aprovado pelo poder Legislativo dando origem a Lei Municipal nº 1.194 de 16 de agosto de 2017.

Lei De Diretrizes Orçamentária – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2021, foi aprovada pelo Poder Legislativo dando origem a Lei Municipal 1.292 de 14 de outubro de 2020, estabelecendo as diretrizes para elaboração do orçamento municipal.

Lei Orçamentária Anual – LOA

A Lei Orçamentária Anual do Município para o exercício financeiro de 2021, foi aprovada pelo Poder Legislativo dando origem a Lei Municipal nº 1.295 de 08 de dezembro de 2020, em um orçamento anual de R\$ 21.239.400,00, (vinte e um milhões, duzentos e trinta e nove mil, e quatrocentos reais).

1) Identificação dos programas de Governo

CÓDIGO/DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA
Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO		
Unidade Orçamentária: 02.01 Gabinete do Prefeito		
04 Administração		
04122 Administração Geral		
041220002 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS GESTÃO		
041220002.2.002000 MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DO GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO	470.000,00	414.406,67
Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária: 03.01 Departamento de Adm. e Planejamento		

04 Administração		
04122 Administração Geral		
041220003 ADMINISTRAÇÃO GERAL		
041220003 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS ADMINISTRAÇÃO		
041220003.1.004000 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS PARA ADMINISTRAÇÃO	50.000,00	42.820,99
041220003.1.005000 CONSTRUÇÃO/REFORMA DO PRÉDIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL		
041220003.1.006000 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL		
041220003.2.003000 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	1.948.400,00	1.782.373,18
Unidade Orçamentária: 03.01 Departamento de Adm. e Planejamento		
06 Segurança Pública		
06181 Policiamento		
041810003 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS ADMINISTRAÇÃO		
061810003.2.004000 MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	50.000,00	11.901,25
28 Encargos Especiais		
28843 Serviço da Dívida Interna		
288430015 ENCARGOS ESPECIAIS		
288430015.0.001000 PAGAMENTO DE DÍVIDAS E ENCARGOS	886.500,00	873.947,37
28846 Outros Encargos Especiais		
288460015 ENCARGOS ESPECIAIS		
288460015.0.002000 PAGAMENTO DE APOSENTADAS E PENSIONISTAS	125.000,00	116.199,38
288460015.0.003000 RECOLHIMENTO DO PASEP	240.000,00	234.424,60
Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO		
Unidade Orçamentária: 04.01 Departamento de Educação		
12 Educação		
12306 Alimentação e Nutrição		
123060004 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS EDUCAÇÃO		
123060004.2.010000 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	96.500,00	93.584,06
123060004.2.011000 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	70.500,00	65.511,37
12361 Ensino Fundamental		
123610004 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS EDUCAÇÃO		
123610004.1.008000 AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA ESTRUTURA FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	40.000,00	33.286,60
123610004.1.009000 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR		
123610004.1.010000 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA EDUCAÇÃO	131.000,00	48.964,19
123610004.1.011000 CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE/CENTRO DE EVENTOS	783.468,20	722.824,30

123610004.1.012000 CONSTRUÇÃO/REFORMAS E MELHORIAS DE ABRIGO DE PASSAGEIROS PARA ALUNOS DO TRANSPORTE ESCOLAR	13.000,00	
123610004.2.005000 MANUTENÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	410.580,53	267.654,75
123610004.2.006000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEB	1.135.553,30	1.125.953,93
123610004.2.009000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	636.500,00	494.289,56
123610004.2.012000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	670.000,00	636.034,54
12362 Ensino Médio		
123620004 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS EDUCAÇÃO		
123620004.2.013000 MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE	44.000,00	19.099,20
12364 Ensino Superior		
123640004 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS EDUCAÇÃO		
123640004.2.014000 MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	30.000,00	
12365 Educação Infantil		
123650004 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS EDUCAÇÃO		
123650004.1.007000 REFORMA E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL E CRECHE	32.000,00	10.111,36
123650004.1.013000 CONSTRUÇÃO/MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DE PARQUE INFANTIL	22.000,00	
123650004.2.007000 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB	695.000,00	689.933,95
123650004.2.008000 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO	233.396,00	150.777,92
13 Cultura		
13392 Difusão Cultural		
133920005 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS CULTURA		
133920005.1.014000 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CULTURA	76.846,82	40.607,68
133920005.1.015000 EDIFICAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DO MUSEU/CASA DA CULTURA		
133920005.2.015000 MANUTENÇÃO DA CULTURA NO MUNICÍPIO	151.747,40	97.424,30
27 Desporto e Lazer		
27812 Desporto Comunitário		
278120006 ÁGUAS FRIAS BEM AMIS ESPORTES		
278120006.1.016000 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.000,00	
278120006.1.17000 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS	10.000,00	
278120006.2.016000 MANUTENÇÃO DO ESPORTE MUNICIPAL	180.000,00	87.280,86
23 Comércio e Serviços		
23695 Turismo		
236950007 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS TURISTICA		
236950007.1.018000 EDIFICAÇÃO PARA O TURISMO DE ÁGUAS FRIAS		

236950007.2.017000 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO NO MUNICIPIO	21.000,00	
Órgão: 06 SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade Orçamentária: 06.01 FUNDO MUNICIPAL PARA INFANCIA E ADOLESCENTE		
08 Assistência Social		
08243 Assistência à Criança e ao Adolescente		
082430009 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS SEGURANÇA AO MENOR		
082430009.2.024000 ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	50.000,00	10.827,53
Unidade Orçamentária: 06.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08 Assistência Social		
08244 Assistência Comunitária		
082440010 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS SOCIAL		
082440010.1.022000 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA ÁREA SOCIAL	74.000,00	45.544,26
082440010.1.024000 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
082440010.2.025000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	508.500,00	469.246,85
082440010.2.026000 MANUT. DE PROG. DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	83.500,00	80.624,28
082440010.2.027000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	21.000,00	17.748,53
082440010.2.028000 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E SERVIÇOS DE VINCULOS	457.000,00	297.575,14
Unidade Orçamentária: 06.03 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		
16 Habitação		
16481 Habitação Rural		
164810011 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS MORADIA		
164810011.1.027000 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAIS		
164810011.2.030000 REFORMA DE CASAS HABITACIONAIS RURAIS	50.000,00	6.939,16
16482 Habitação Urbana		
164820011 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS MORADIA		
164820011.1.026000 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANAS		
164820011.2.029000 REFORMA DE CASAS HABITACIONAIS URBANAS	50.000,00	
164820011.2.031000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO	15.000,00	
Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 07.01 Fundo Municipal do Desenvolvimento a Agropecuária		
20 Agricultura		
20605 Abastecimento		
206050012 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS AGRICULTURA		

206050012.1.029000 PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS COM INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE DE ÁGUA	69.731,74	53.641,50
20606 Extensão Rural		
206060012 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS AGRICULTURA		
206060012.1.028000 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	220.000,00	1.257,00
206060012.1.030000 APOIO A TELEFONIA E INTERNET NA AREA RURAL DO MUNICIPIO	35.000,00	
206060012.2.032000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	600.000,00	576.743,22
20608 Promoção da Produção Agropecuária		
206080012 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS AGRICULTURA		
206080012.2.033000 APOIO AO PRODUTOR RURAL	1.310.000,00	1.252.335,41
Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
Unidade Orçamentária: 08.01 Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
15 Urbanismo		
15451 Infraestrutura Urbana		
154510013 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS URBANISMO		
154510013.1.031000 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	820.000,00	91.814,68
154510013.1.033000 EDIFICAÇÃO E EQUIPAMENTOS PARA PRAÇA PÚBLICA MUNICIPAL		
154510013.1.034000 CONSTRUÇÃO DE PONTES E CANALIZAÇÃO DO CORREGO NO SETOR URBANO	10.000,00	
154510013.1.035000 CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA E PASSEIO PÚBLICO	377.858,77	265.550,96
154510013.1.036000 CONSTRUÇÃO DE PORTAL		
15452 Serviços Urbanos		
154520013 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS URBANISMO		
154520013.2.034000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.010.000,00	729.124,05
22 Indústria		
22661 Promoção industrial		
226610013 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS URBANISMO		
226610013.1.032000 EDIFICAÇÃO PARA BARRAÇÕES INDUSTRIAIS	50,00	
Unidade Orçamentária: 08.02 Departamento de Transporte		
26 Transporte		
26782 Transporte Rodoviário		
267820014 ÁGUAS FRIAS BEM MAIS ESTRADAS		
267820014.1.037000 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, CAMINHÃO E VEÍCULOS	124.700,00	55.310,00
267820014.1.038000 EDIFICAÇÃO PARA GARAGEM MUNICIPAL	105.268,21	105.268,21
267820014.1.039000 PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	407.446,12	343.231,42
267820014.2.035000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	2.057.447,03	1.820.923,76
Órgão: 98 Reserva de Contingencia		

Unidade Orçamentária: 98.98 Reserva de Contingência		
99 Reserva de Contingência		
99999 Reserva de Contingência		
999990015 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
999990015.2.036000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	
TOTAL GERAL	17.741.494,12	14.283.117,97

2) Comparação das metas físicas e financeiras previstas e as realizadas, em valores nominais e relativos, justificando as ações não realizadas ou realizadas parcialmente.

(Sendo facultada para a prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022, pela Portaria N° TC-016/2022).

3) Contingenciamento de despesas no exercício (limitação de empenho - art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas razões, indicando os efeitos provocados na gestão orçamentária e as consequências sobre os resultados planejados.

A limitação de empenho não foi formalizada por Ato do Poder Executivo, não havendo contingenciamento de despesas no decorrer do exercício de 2021, pois sempre foi acompanhado o comportamento entre receitas e despesas, garantindo o equilíbrio das contas públicas, por fonte de recurso.

4) Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, demonstrando os valores inscritos a título de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, e as razões que motivaram estes registros.

Sendo o Passivo uma obrigação atual da entidade que se originou de eventos passados, onde resulte em desembolso de recursos.

No entanto não ocorreram passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2021.

5) As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro.

Em 31 de dezembro de 2021, o Município havia registro de restos a pagar processados no valor de R\$ 7.702,55, (sete mil, setecentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

2) INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês.

(Sendo facultada para a prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022, pela Portaria N° TC-016/2022).

b) Demonstrativo da quantidade de pessoas trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês.

(Sendo facultada para a prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022, pela Portaria N° TC-016/2022).

c) Demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês.

(Sendo facultada para a prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022, pela Portaria N° TC-016/2022).

d) Discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título.

(Sendo facultada para a prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022, pela Portaria N° TC-016/2022).

3) INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Destaca-se no quadro abaixo, informações pertinentes as transferências de recursos financeiros pela Unidade Gestora de Águas Frias -SC, mediante convenio, termo e parceria, termo de cooperação, e os respectivos beneficiários, conforme quadro:

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A TERCEIROS PELA UNIDADE GESTORA

Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc.)	Valor Anual Transferido
FECAM – Federação Catarinense dos Municípios	Contribuição	Lei Municipal nº 324/1998	R\$ 17.226,60
CNM – Confederação Nacional dos Municípios	Contribuição	Lei Municipal nº 808/2008	R\$ 8.263,00
AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina	Contribuição	Lei Municipal nº 004/1993	R\$ 117.075,00
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Auxílio	Lei Municipal nº 1.127/2015	R\$ 64.474,20
SAGA – Instituto de Desenvolvimento Regional	Contribuição	Lei Municipal nº 361/1998	R\$ 12.420,00
CIDEMA (PROSUASA) – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente	Contribuição	Contrato de Rateio nº 02/2020	R\$ 13.200,00
CVC – Consórcio Velho Coronel	Contribuição	Lei Municipal nº 995/2011	R\$ 23.400,00
CIDIR – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária	Contribuição	Lei Municipal nº 843/2009	R\$ 18.000,00
Total			R\$ 274.058,80

V) INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS

a) Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação;

(Sendo facultada para a prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2021, a serem apresentadas em 2022, pela Portaria Nº TC-016/2022).

c) Indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art.6º, XIII, da Lei nº 8.666/93.

Instituído pela lei Municipal nº 1.251 de 15 de abril de 2019, o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como o órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos do Município de Águas Frias.

Sendo ainda efetuadas as publicações dos atos oficiais na página do Município (internet). (www.aguasfrias.sc.gov.br).

VI) INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES E ORIENTAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS.

No decorrer do exercício o Controle Interno desenvolveu múltiplas atividades de controle, na sua grande totalidade de forma verbal, esclarecedor e orientativo aos departamentos municipais, bem como com a emissão por escrito de comunicados internos, orientações, esclarecimentos, sugestões, recomendações, relatórios mensais e pareceres para cumprimento da legislação.

a) Recomendações e orientações expedidas pelo Controle Interno -2021

A seguir relaciona-se as principais recomendações, orientações e demais comunicados expedidos pelo Controle Interno, aos diversos setores do Ente Público Municipal de Águas Frias, para previamente evitar erros e ou falhas de gestão.

Destaca-se também por ser um Município de pequeno porte, onde os departamentos e os setores são próximos ao Controle Interno, para dirimir as possíveis dúvidas, e sugerir correção em tempo hábil.

Descrição da Orientação/Recomendação Expedida pelo Controle Interno - 2021	Providências
Reunir Comissão da Covid/19, e posterior divulgar no Sitio do Município/Redes Sociais informações a população em relação a situação da infecção no Município.	Realizado
Servidor Público em cargo efetivo na prefeitura eleito vereador – vedação ao acumulo de função pública	Acatado
Parecer Jurídico da AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina), onde o Município poderá substituir o IGPM, índice atual previsto na legislação para correção dos tributos, pelo IPCA, para ser cobrados ainda nesse exercício financeiro.	Acatado
Tabela do INSS, de contribuição dos Segurados Empregado, Emprego Doméstico e Trabalhador Avulso, a partir de 1º de janeiro de 2021.	Aplicado
Valor do Piso do Magistério de R\$ 2.886,24 para o ano de 2021, segundo a Lei nº 11.738/08, continuará o mesmo.	Aplicado
Parecer 001/2021 – CNM Confederação Nacional de Municípios, referente a Contratação de Pessoal no Exercício de 2021, Lei Complementar nº 173/2020.	Acatado
Orientações quanto ao pagamento de multas de trânsito de acordo com a instrução normativa nº 01/2015, institui procedimentos para ressarcimento ao erário público de valores devidos por servidor público do município de águas frias em razão de aplicação de multas de trânsito de veículos.	Aplicado
Orientações para obrigatoriedade de uso em veículos públicos do “Controle de Deslocamento de Veículos”	Será Realizado
Promover licitação para compras de passagens áreas (voos), e para serviços de lavagem de veículos e consertos de pneus.	Acatada Parcialmente
Antes de efetivar uma contratação pelo Município, consultar junto ao Sistema Integrado de Registro CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas) CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas).e cadastrar e manter o sistema atualizado. Conforme disposto nos artigos 22 e 23 da Lei Federal nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção).	Sendo Consultado
Encaminhamentos para atualização cadastral das unidades Junto ao FNDE, para que possam receber recursos de 2021.	Realizado
Encaminhamentos e orientações para o novo FUNDEB permanente. Para emissão da Lei que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social (CACCS), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal e regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.	Acatada
Encaminhamento para acesso da decisão do processo @RLI/00146283, o TCE exarou decisão, e medidas para a contenção da Covid-19, para os Municípios e Estados.	Verificado

Encaminhamento a Controladoria Geral da União, bases de dados de servidores e empregados públicos e autoriza para disponibilização dessas bases a órgãos e entidades envolvidos no possível novo Auxílio Emergencial a ser pago em 2021.	Encaminhada
Encaminhamento para as Secretárias Municipais para Renovação dos Conselhos Municipais, em especial os conselhos que inspiraram seus prazos de validade.	Renovados
Encaminhamento do ofício nº TCE/SC/GAP/PRES/4/2021, para observância dos gestores, quanto ao cumprimento do Plano Nacional de Imunização (PNI), bem como a adoção de providencias para impedir que sejam vacinadas pessoas que não pertencem aos grupos prioritários em cada fase da imunização.	Observado
Encaminhamento do ofício nº 4983/2021 GAB-SC/SANTA CATARINA/CGU, que a partir dos dados registrados no SINIP a CGU está realizando cruzamentos de dados com o objetivo de identificar desvios de vacina ou inobservância dos grupos prioritários de vacinação.	Observado
Encaminhamento do ofício TCE/SC/SEG/4537/2021, que trata de orientações para aquisição das vacinas “Sputnik V” pelos Municípios através da (FECAM), exarou decisão que está disponibilizada no endereço virtual	Acatada
Encaminhamento do ofício nº TCE/SC/SEG/ 5218/2021, do Tribunal de Contas do Estado, que trata de identificar as ações do governo do Estado de Santa Catarina para garantir a vacinação da população contra Covid-19 em todos Municípios Catarinense.	Observado
Encaminhamento de orientações quanto ao cumprimento do SIAFIC – Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle.	Cumpriu
Encaminhamento do ofício circular MPC/GPG/002/2021 do Ministério Público de Contas, contendo Manual de Orientação aos Gestores, com o tema Alimentação Escolar.	Observado
Encaminhamento e acompanhamento para responder o Ofício TCE/SC/DAE/7779/2021, de 10 de maio de 2021, referente ao assunto: Diagnóstico sobre a vacinação contra a Covid-19 nos 295 municípios catarinenses, até 14/05/2021.	Respondido
Notificação de Alerta – meta bimestral de arrecadação prevista até o 1º bimestre de 2021 não foi alcançada pois do valor previsto de R\$ 3.795.637,47 a arrecadação foi de R\$ 3.312.814,84, o que representou 87,28% da meta.	Analisado
Encaminhamento do Ofício Circular TCE/SC/GAP/PRES/6/2021, referente ao assunto: Impossibilidade de concessão de Revisão Geral Anual aos Servidores Públicos Municipais, na vigência da Lei Complementar 173/2020.	Acatada
Notificação de Alerta – meta bimestral de arrecadação prevista até o 2º bimestre de 2021 não foi alcançada pois do valor previsto de R\$ 6.922.779,60 a arrecadação foi de R\$ 6.462.165,43, o que representou 93,35% da meta.	Analisado
Acompanhamento e auxilio para responder o questionário do IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal - referente ao exercício de 2020, de caráter institucional obrigatório, conforme art. 35 da IN nº TC-020/2015, com as alterações na IN n. TC-024/2016.	Respondido

Solicitação do TCE/SC de alguns dados e informações sobre o Plano Municipal de Educação, por meio de questionário. Para cumprimento das metas constantes no Plano em sua gestão.	Respondido
Recomposição/Alteração/nomeação dos membros da Comissão Municipal de enfrentamento da Covid.	Renovado
Orientação referente a IN 20/2015, quanto ao Art. 43. Na contratação de serviços de consultoria, assessoria, assistência técnica capacitação, promoção de eventos, seminários e congêneres, devem se discriminar; de acordo com o estabelecidos nos itens I, II, III e IV.	Acatado
Encaminhamento Nota Técnica CTE-IRB nº 03/2021 Sugestões e recomendações aos Tribunais de Contas brasileiros visando a estimular, acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas pelos entes públicos para o enfrentamento da exclusão escolar.	Em pratica
Encaminhamento do ofício TCE/SC/SEG/11733/021, contendo prejulgado nº 2274, e decisão do Tribunal Pleno quanto revisão geral anual (torna sem efeito), concedida durante a vigência da Lei Complementar nº 173/2020.	Acatado
Encaminhamento do ofício circular DGCE/DAP/00007/2021, Considerando que a publicação da decisão plenária 417/2021 deu-se no dia 30 de junho, no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC (DOeTC n. 3165), a revisão geral anual concedida durante a vigência da LC 173/2020 deve ser, de imediato, tornada sem efeito pelo Prefeito Municipal, como autoridade competente, baseado nas decisões do STF e do TCE/SC, ou seja, independentemente da prévia revogação da lei ou outro ato normativo que a concedeu, ficando suspensos os pagamentos deles decorrentes, retornando a remuneração dos servidores, a partir de 1º de julho de 2021, ao mesmo valor anteriormente vigente.	Acatado/suspensão
Encaminhamento de ofício nº 14/2021- do Controle Interno contendo NOTA RECOMENDATÓRIA DO TCE, ofício Circular SEI/TCE/SCPRES/GAP/11/2021, para cumprimento para o atingimento tempestivo de metas previstas na Lei Federal nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação e o cumprimento do marco legal da primeira infância pelos Municípios Catarinense.	Acatado
Encaminhando do ofício circular SEI/TCE/SC/PRES/GAP/12/2021, referente a irregularidades verificadas em contratações, realizadas por municípios catarinense, que têm por objeto a prestação de serviços de consultoria, tais como aquelas voltadas à desoneração de encargos tributários e previdenciários.	Acatado
Orientações para transmissão dos dados, para o eSocial, - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, conforme Decreto Federal nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014.	Observado
Ofício Circular SEI/TCE/SC/PRES/GAP/13/2021, de 2 de agosto de 2021.	Observado

Nota Recomendatória Conjunta n. 02/2021 – manifestação conjunta das entidades representativas no âmbito do controle externo, voltada especificamente à conectividade de professores e alunos, infraestrutura e condições sanitárias nas escolas, sobretudo no contexto da pandemia da COVID-19.	
Questionário do Projeto InterAgir – para diagnóstico das controladorias internas municipais.	Respondido
Ofício Circular SEI/TCE/SC/PRES/GAP//15/2021, encaminha para conhecimento e divulgação a cartilha “Entendendo o Câncer Infantojuvenil para o Diagnóstico Precoce”.	Observado/Saúde
Encaminhamento Força Tarefa Cidadã, Transparência Ativa da CGU – Controladoria Geral da União, quanto ao acesso ao Sítio oficial/Portal da Transparência do Município, em cumprimento a Lei. nº 12.527/2011, art. 8º, §2º inciso V. As avaliações serão realizadas em três fases nos meses de agosto e setembro de 2021 e seguirão as orientações constantes do Guia de Aplicação do Avaliador (Transparência Ativa), o qual detalha os critérios e formas de registro de cada questão constante desse informativo.	Verificado
Encaminhamento do Ofício Circular SEI/TCE/SC/PRES/GAP/16/2021 e 17/2021 de 26 de agosto de 2021. Assunto: divulgação de notas públicas com recomendações aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais acerca da priorização da primeira infância nos Projetos de Lei dos Planos Plurianuais – 2022-2025.	Observado
Comunicado verbalmente quanto a transparência e o acesso informação, não sendo possível conectar pelo cidadão. (não abrindo).	Resolvido
Encaminhamento para participação da V Edição do Fórum TCE Educação, com o tema Indicadores e Transparência em Educação: Impulso à Boa Governanças e ao Controle Social.	Participado
Encaminhamento para preenchimento de questionário enviado pelo TCE para o Presidente do Conselho Municipal de Educação https://pesquisa.tcesc.tc.br/572157?token=MS6rz4DUv0bEWv2&lang=pt-BR	Respondido
Em detrimento da Lei de Proteção de Dados nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, visando a segurança, sugerimos vossa senhoria faça ou utilize um registro de e-mail institucional para Ouvidoria Municipal.	Efetuada
Solicitação do TCE, juntamente com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC/SC) e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), estão realizando levantamento dos índices de abandono e evasão escolar durante o ano letivo de 2021.	Realizado
Encaminhamento Jurisprudência do TCE/SC nº 023, quanto ao pagamento de quantia, pertinente à realização de despesas com festividades, atenta contra o interesse público. (Despesas de Almoço dia dos Servidores Públicos Municipais)	Observado

Parecer Prévio pela aprovação do TCE referente as Contas do Prefeito do ano de 2020, recomendando o cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação.	Observado
Para Regulamentação e aplicação em cumprimento da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.	Regulamentado
Encaminhamento Nota de Orientação Administrativa Circular MPC 02/2021, referente orientações à utilização de Slogans e/ou logomarca criados especialmente para uso da atual administração municipal.	Catado
Recomendação para emissão do Plano de Ação e Plano de Aplicação do FIA – Fundo da Infância e do Adolescente, para o ano de 2021.	Recomendação acatada
Recebimentos de relatórios contento despesas mensal em Educação, e quanto a aplicação para o cumprimento do limite mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, (CF, Art.212)	Cumprido no exercício
Recebimentos de relatórios e orientações mensal quanto a aplicação para o cumprimento do limite mínimo de 15% em Saúde.	Cumprido no exercício
Recebimento das despesas mensal, e orientações para o cumprimento do limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo Município (LRF).	Cumprido no exercício
Recebimentos de orientações, contendo o comportamento das receitas e despesas públicas realizadas mensalmente.	Verificadas
Orientações e acompanhamento mensal quanto a aplicação para o cumprimento na aplicação dos recursos do FUNDEB.	Cumprido
Orientações quanto a emissão e a prestação de contas de adiantamentos e diárias dos servidores públicos, referente a correta emissão dos documentos fiscais que compõem a prestação de contas.	Orientação acatada
Recebimento de informações quanto a remuneração e subsídios mensal dos Agentes Políticos, conforme aprovação pelo Legislativo municipal e para que não ocorra aumento no decorrer da legislatura.	Verificadas
Recebimento de relatórios contento valores mensais gastos com diárias, adiantamentos realizados e horas extras pagas aos servidores, de acordo com o estabelecido na Legislação.	Conferidas com a legislação
Recebimento e orientações para cumprimento do novo piso salarial do magistério público a partir de janeiro de 2021, reajustado para 2.886,15.	Cumprido
Recebimentos de orientações para o efetivo controle das decisões de aplicação das penas de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, expedidas pelo Poder Judiciário, de pessoas físicas ou jurídicas.	Orientação acatada

Quanto as informações e orientações sugeridas pelo Controle Interno, munindo-se das mesmas a Administração Municipal procurou atender imediatamente, ou no decorrer do exercício, para evitar que ocorra falhas, erros ou irregularidades de gestão.

Os comunicados recebidos pelo Controle Interno via sistema informatizado, e-Sfinge Web (Sala Virtual), e as demais orientações sugeridas pelo Tribunal de Contas de Contas do Estado de Santa Catarina, foram todas destinadas a chefia imediata, para conhecimento, e adotar as devidas medidas e providências no exercício.

b) Dentre outras, destacamos a seguir mais algumas atividades desenvolvidas pelo controle interno em 2021.

Acompanhamentos/coordenação:

Descrição da atividade
Encaminhamento de modelo de memorando circular, para procedimentos a serem adotados para adequação às exigências do eSocial, no Município de Águas Frias. Em virtude ainda que entra em vigor a partir de outubro de 2021, o e-sfinge online do Tribunal de Contas do Estado, com informações referentes aos atos de pessoal, enviadas diariamente.
Adoção de providencias para sanar eventuais atrasos na remessa de informações dos dados módulo Atos Jurídicos do E-Sfinge online. (para envio em tempo real “diário”).
Encaminhamento do ofício nº MPC/GPC -23/2021, do Ministério Público, para assinatura do Termo de Adesão para Protocolo Eletrônico do MPC/SC,
Recebimento de relatórios mensais a chefia imediata, contendo os principais atos e fatos administrativos realizados, em cumprimento a legislação.
PLANO PLURIANUAL (PPA) será encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores até 31 de julho do primeiro ano de mandato, Inciso I, Art. 136 da Lei Orgânica. SANCIONAR até 31 de agosto.
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS (LDO) será encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores até 20 de setembro de cada ano, inciso II, Art. 136 da Lei Orgânica. SANCIONAR até 20 de outubro.
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL (LOA) será encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores até 15 de novembro de cada exercício, Inciso III, Art. 136 da Lei Orgânica. SANCIONAR até 15 de dezembro.
AUDIENCIA PUBLICA , fevereiro, maio e setembro § 4º do Art. 9º, da Lei e Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000)
SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – Bimestrais – Lei Complementar no 101, de 2000, art. 52, Portaria MEC no 844 de 8, de julho de 2008 e Portaria Interministerial no 424, de 30 de dezembro de 2016, art. 22, inciso VIII.

<p>SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – Bimestrais, Lei Complementar no 141, de 2012, art. 39, § 3º.</p>
<p>Envio dos Balancetes – Bimestral à Câmara Municipal. Lei Complementar no 101, de 2000, art. 49.</p>
<p>Relatório Resumido de Execução Orçamentaria – RREO Publicação Bimestral: 1º Bimestre – janeiro e fevereiro – publicar até 30 de março 2º Bimestre – março e abril – publicar até 30 de maio 3º Bimestre – maio e junho – publicar até 30 de julho 4º Bimestre – julho e agosto– publicar até 3º de setembro 5º Bimestre – setembro e outubro – publicar até 30 de novembro 6º Bimestre – novembro e dezembro – publicar até 30 de janeiro Lc 101/00, e resolução TCM 1065/05</p>
<p>Previdência Social (INSS) – Recolhimento das Contribuições Previdenciárias ao Regime Geral (INSS) a cargo do empregador, incidentes sobre as remunerações pagas ou creditadas aos segurados, bem como as arrecadadas por conta de terceiros, referentes ao mês anterior. Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 30, alínea “c”, e Instrução Normativa SRF no 971, de 2009, art. 80, inciso III.</p>
<p>PASEP – Recolhimento de PASEP referente às Receitas do Município, arrecadadas no mês anterior. Lei no 11.933, de 2009, arts. 1º e 2º (prazo recolhimento); e Lei Federal no 9.715, de 1998, alterada pela Lei no 12.810, de 2013 (base de cálculo).</p>
<p>Orçamento (Créditos Adicionais), suplementares ou especiais, para abertura com autorização legislativa. Constituição Federal, art. 167,V.</p>
<p>RECEITA – Alienação de Bens, recursos provenientes de alienação de bens utilizados para utilizar outros fins que não despesas de capital LC 101, arts 44 e 50.</p>
<p>DESPESA – concessão de subvenções sociais para entidades cujas finalidades não sejam voltadas à assistência social, medica, educacional e cultural. Lei 4.320/64 arts. 16 e 17.</p>
<p>PUBLICIDADE – Os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020, não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (jan/ago) dos 3 (três) últimos anos, 2017,2018 e 2019.</p>
<p>Solicitação de Responsabilidade aos Serviços junto a FECAM, Termo de Adesão, página da internet.</p>
<p>PROIBIÇÃO ao titular de Poder ou órgão de contrair obrigação de despesa, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa, LRF art. 42</p>
<p>A publicação da prestação de Contas de Gestão no site oficial (página da internet) do Município, e encaminhamento ao TCE da Prestação de Contas de Gestão do Prefeito.</p>
<p>Acompanhamento e encaminhamentos das solicitações através do portal de Acesso à Informação.</p>
<p>Acompanhamento nas publicações legais e informações no Portal da Transparência.</p>
<p>Atribuição ao controle interno de Ouvidor Municipal, e encaminhamentos das solicitações.</p>
<p>Auxilio quanto as publicações no DOM – Diário Oficial dos Municípios, dos Atos Oficiais</p>

Acompanhamento do licenciamento anual dos Veículos.
Acompanhar os Registros de Escrituras Publica dos bens imóveis quando adquiridos.
Auxiliar a Gestão Pública para o aprimoramento, quanto a correta arrecadação e aplicação dos recursos públicos, em cumprimento aos princípios que regem a administração pública.
Acompanhar situação do Município perante o CAUC para cumprimento de requisitos fiscais necessários à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal.

c) Destaca-se, ainda da realização de Auditorias efetuadas pelo responsável do Controle Interno, em setores diversos do Município.

O controle Interno, conforme às atividades previstas no Plano Anual de Atividades Interna (PAAI), correspondente ao exercício de 2021, visando apurar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos, quanto aos aspectos da eficiência, eficácia, efetividade e economicidade das atividades, com a finalidade de auxiliar no aperfeiçoamento da gestão, assim como evitar futuros equívocos que resultem em inconsistência ou irregularidades.

Auditorias realizadas no exercício de 2021.

Auditoria nº 01/2021 – Recursos Humanos.

Objetivo – Verificar Formalidades e Procedimentos.

Auditoria nº 02/2021 – Farmácia Básica.

Objetivo – Analisar os processos de operacionalização da farmácia básica e os controles realizados.

Auditoria nº 03/2021 – Licitações e Contratos Administrativos.

Objetivo – Analisar a regularidade dos processos, efetivamente constituídos em cumprimento a legislação.

Auditoria nº 04/2021 – Alimentação Escolar.

Objetivo – Analisar a qualidade da alimentação escolar e armazenamento.

Auditoria nº 05/2021 – Vacinação Covid-19

Objetivo – Acompanhar o Plano Nacional de Imunização - PNI.

A verificação revelou que não houve qualquer irregularidade capaz de causar danos ao erário público, apenas demonstrou que ocorre algumas falhas que merecem ser coibidas, não causando danos ao erário público municipal.

VII) ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS)

Não houve contratos de gestão no Município de Águas Frias no exercício de 2021.

VIII) AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não houve termos de parceria no Município de Águas Frias referente ao ano de 2021.

De acordo e conforme prevê a Instrução Normativa TCE nº 0020/2015, foram estes os principais movimentos e atos administrativos que julgamos necessário merecer registro na prestação de Contas de Gestão de Águas Frias, no exercício de 2021.

Águas Frias – SC, fevereiro de 2022.

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito Municipal